



DOM CARLOS CARMELO  
DE VASCONCELLOS MOTTA  
ENTRE A DEMOCRACIA  
E A DITADURA

*Mathews Nunes Mathia*  
*Paulo César Gomes*



Nas duas últimas décadas, diferentes pesquisas demonstraram que a atuação política da Igreja Católica nos anos em que o Brasil esteve sob ditadura não se deu de maneira homogênea (Gomes; 2014; Mathias, 2023; Serbin, 2001; Sousa, 2011). Não houve uma adesão unânime de toda a hierarquia católica às propostas de mudança do Concílio Vaticano II, nem às críticas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ao regime militar. No entanto, a ênfase nas oposições entre a Igreja e a Ditadura permanece como uma tendência na historiografia e, muitas vezes, tende a ofuscar a complexidade das relações entre os bispos e os militares. Ainda hoje é comum encontrar teses e dissertações sobre a Igreja na Ditadura, que privilegiam as narrativas heroicas dos homens e mulheres da Igreja que resistiram ao regime. Dom Hélder Câmara e Dom Paulo Evaristo Arns, por exemplo, são alguns dos personagens mais estudados. Os bispos das regiões Norte e Nordeste também são os mais lembrados por terem se engajado nas críticas à desigualdade social e ao plano de desenvolvimento econômico dos militares, bem como na defesa dos direitos dos povos indígenas, da democracia e dos direitos humanos, com grande ênfase ao tema da tortura.

Em contrapartida, nos últimos anos, o interesse pelos bispos anticomunistas, como Dom Geraldo Sigaud e Dom Antônio de Castro Meyer, cresceu e rendeu pesquisas e reflexões importantes sobre a força do pensamento conservador entre parte do episcopado (Caldeira, 2011; Mérida, 2016). Porém, para compreender melhor a atuação da Igreja durante a Ditadura, é preciso ir além das análises sobre os bispos ditos progressistas e conservadores. Não são poucos os membros do episcopado brasileiro que foram nem contra, nem a favor do regime – muito pelo contrário. Ao longo de todo o período ditatorial, muitos tiveram idas e vindas em suas relações com os militares; outros preferiram não se pronunciar sobre o regime ou foram indiferentes a ele. Tais comportamentos escapam ao binômio *progressista x conservador* e



merecem estudos mais aprofundados, com vistas à melhor compreensão das zonas cinzentas<sup>24</sup>, ocupadas por vários membros do clero católico ao longo da Ditadura.

Para refletir sobre o perfil de um prelado que ultrapassa a clássica oposição entre bispos conservadores x bispos progressistas, vamos nos debruçar sobre a trajetória de Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta (1890-1982), um dos cardeais mais importantes da Igreja Católica durante o século XX – embora relativamente esquecido nas análises sobre a atuação do episcopado católico, sobretudo, em contextos autoritários. Dom Motta nasceu em Bom Jesus do Amparo, no município de Caeté (MG), em julho de 1890, e faleceu em Aparecida, em setembro de 1982. Seus mais de 90 anos de vida cobrem boa parte do século passado. Considerado um clérigo de perfil moderado e conciliador, com “bom humor e espírito de decisão” (Jornal do Brasil, 1978, p. 14), Dom Motta passou a maior parte de sua vida servindo à instituição a qual se sentiu vocacionado aos 24 anos: a Igreja Católica. As memórias da resistência o pintam como “o cardeal que era amigo de JK e de Jango”; “aquele que não autorizou a Marcha da Família com Deus em São Paulo” ou mesmo “aquele que foi transferido de São Paulo para Aparecida por não ter apoiado o golpe” (Silva, 2014). Porém, sua trajetória eclesial segue linhas muito mais complexas do que esses episódios e desafia os limites rígidos que separam as atuações de bispos ditos conservadores e progressistas durante a Ditadura. Neste capítulo, acompanhamos a atuação de Dom Motta desde a sua no-

**24** Inspirado em Primo Levi, conhecido escritor italiano que sobreviveu a Auschwitz, Pierre Laborie (2010) sugeriu a análise de zonas cinzentas nas quais a maioria dos franceses vivenciou os anos da ocupação e de Vichy de maneira ambivalente, entre apoio e rejeição, conforme as circunstâncias. No Brasil, tal perspectiva auxiliou as reflexões de historiadoras, como Denise Rollemberg (2010), Samantha Viz Quadrat (2010) e Janaina Martins Cordeiro (2015) em pesquisas sobre as complexas relações entre a Ditadura Civil-Militar e a sociedade brasileira.

meação para a arquidiocese de São Paulo, em 1944, até a sua passagem por Aparecida nos anos da Ditadura, passando pelo contexto delicado do Golpe de 1964.

## ANTICOMUNISMO E NACIONALISMO

Dom Motta foi designado para a arquidiocese de São Paulo em 1944, após a morte de Dom José Gaspar d'Afonseca e Silva em um trágico acidente aéreo. Na capital paulista, poucos fiéis conheciam aquele bispo magro e de alta estatura, que vinha de uma diocese pouco relevante do Nordeste do país<sup>25</sup>. Porém, sua fama o precedia entre católicos tradicionalistas, como Plínio Corrêa de Oliveira, responsável pela publicação do jornal católico *O Legionário* e futuro fundador da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). Muitos padres e leigos temiam que Dom Motta se afastasse das iniciativas de Dom José Gaspar em prol da Ação Católica Brasileira (ACB), pois não viam com bons olhos o apoio que o ex-arcebispo de São Luís havia dado aos círculos operários, que, embora não fossem comunistas, estariam eivados de esquerdismo e progressismo.

Além disso, o receio dos tradicionalistas se estendia à liturgia. Naquele momento, a Igreja vivia um intenso debate sobre a tradição e a disciplina defendidas pelo regime tridentino, do qual Plínio era entusiasta. Antes do Concílio Vaticano II, a missa católica era rezada em latim e totalmente administrada pelo padre, de costas para os fiéis. Bispos e padres europeus, influenciados pela leitura das obras do teó-

**25** Dom Motta foi arcebispo de São Luís entre 1936 e 1944. Sua passagem pelo Maranhão foi marcada pelo fortalecimento da educação e da imprensa católica, como forma de implementar as diretrizes da Ação Católica Brasileira (ACB), que tinha como objetivo “re-cristianizar” a sociedade e as instituições republicanas. Sobre a atuação de dom Motta na arquidiocese de São Luís, ver Mathias (2023).

logo francês Jacques Maritain, começaram a “democratizar a liturgia”, publicando missais em vernáculo e introduzindo diálogos (ainda em latim) entre o padre e os fiéis (Teixeira, 1988, p. 211-213). No Brasil, o chamado Movimento Litúrgico, que desejava reformar as celebrações católicas, recebeu o apoio de Dom Antônio dos Santos Cabral, arcebispo de Belo Horizonte<sup>26</sup>, de quem Dom Motta era muito próximo. Tal proximidade despertava desconfianças entre os conservadores paulistas, que consideravam imutáveis a missa e a disciplina.

O temor sobre as intenções de Dom Motta aumentou ainda mais após a publicação da sua Carta Pastoral de Saudação, em 1944, na qual o bispo criticava as divisões na Igreja paulista, causadas pelo excesso de tradicionalismo do grupo leigo liderado por Plínio. Além disso, o novo arcebispo de São Paulo não deixou de agradecer a Getúlio Vargas, que mobilizou um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) para que Dom Motta chegasse à sua nova sede episcopal em segurança. Para Dom Motta, os católicos brasileiros não poderiam deixar de proclamar, com sincera gratidão, as obras beneméritas do governo Vargas, como a legislação operária, modelar e cristã (O Legionário, 1944, p. 1). A menção ao ditador desagradou a Plínio, histórico opositor de Vargas (Alencar Jr., 2014).

Apesar das divergências, Dom Motta e Plínio compartilhavam da mesma inquietude: o comunismo. Por isso, o primeiro grande ato do novo arcebispo de São Paulo se deu diante da imagem de Nossa Senhora Aparecida, consagrando a cidade e os seus habitantes ao Imaculado Coração de Maria. A consagração era uma forma de afastar os males do comunismo, pois naquele momento, com o fim do Estado

**26** Dom Antônio dos Santos Cabral foi o primeiro arcebispo de Belo Horizonte e o responsável pela construção do Seminário Coração Eucarístico de Jesus, que posteriormente deu origem a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e à renomada escola de negócios Fundação Dom Cabral, que recebeu esse nome em homenagem ao bispo.



Novo, especulava-se sobre a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB), cujos militantes, anteriormente perseguidos pela polícia política de Vargas, haviam sido beneficiados pela anistia concedida em abril de 1945. Os rumores atormentaram Dom Motta, que “decidiu organizar uma noite de vigília e preces para alertar, sobretudo o operariado, contra o movimento comunista” (Brustoloni, 1998, p. 356). Por isso, pediu que a imagem de Nossa Senhora Aparecida deixasse a Basílica no interior de São Paulo e fosse levada até a capital, para afastar o *perigo vermelho*.

Na vigília que ficou conhecida como a “Noite de Nossa Senhora” e passou à posteridade como uma das maiores manifestações católicas da Praça da Sé, Dom Motta recomendou que os padres mantivessem distância dos partidos políticos e leu com os fiéis e o interventor Fernando Costa o seguinte juramento:

*Ó meu Deus! Na Vossa presença e diante da Imagem da Virgem Aparecida, neste momento solene, juro fidelidade à minha fé até a morte. Juro defender a minha Igreja contra os assaltos dos seus inimigos, sejam eles quais forem. Prometo obediência aos Bispos, ministros da Igreja e responsáveis pelas almas diante de Deus. E porque Vos amo e à minha Igreja, repudio, detesto, abomino a doutrina comunista, por ser contrária à minha fé católica. Nunca darei meu nome a seitas condenadas pela minha Igreja. Deposito este juramento e esta promessa nas mãos sagradas da Virgem Aparecida, Padroeira do Brasil, a quem amo e consagro o meu coração (O Legionário, 1945, p. 1).*

Dessa forma, Dom Motta renovava o anticomunismo que havia norteado as suas ações na arquidiocese de São Luís e, mantinha-se fiel aos anátemas pronunciados pelo Papa Pio XI sobre o “perigo



vermelho” na encíclica *Divinis Redemptoris* (1937)<sup>27</sup>. Nesse sentido, a posição do novo arcebispo é bastante representativa da reação defensiva adotada por parte da hierarquia católica, em relação ao contexto de “abertura de horizontes e uma redemocratização que começava a ser vivida, antes mesmo de extintos os instrumentos legais que sustentavam a Ditadura, como a Constituição de 1937 e o Tribunal de Segurança Nacional” (Rodeghero, 2006, p. 188). Ao mesmo tempo, o cardeal Motta cerrava fileiras contra a “infiltração comunista” na Igreja, afastando qualquer hipótese de que seria um bispo condescendente com as propostas mais progressistas da Ação Católica paulista.

No ano seguinte, Dom Motta foi elevado a cardeal pelo papa Pio XII, tendo sido o primeiro arcebispo de São Paulo a receber o título. O fato inédito foi motivo de festa para a maior parte dos católicos paulistas, que lotou as ruas da capital para receber Dom Motta, após a sua viagem à Roma, onde foi investido com o chapéu e o anel cardinais. A chegada do novo cardeal a São Paulo foi apoteótica. O governo do Estado se associou a manifestações de modo eloquente, decretando feriado escolar e meio expediente nas repartições públicas, a fim de que todos prestigiassem o grande acontecimento que era ter o primeiro cardeal de São Paulo (O Estado de S. Paulo, 1946, p. 6). Os festejos também contaram com honras militares e se uniram aos pracinhas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que desfilaram em triunfo na

**27** Esta encíclica foi o mais forte pronunciamento anticomunista do papado. Publicada no contexto da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), o documento serviu como denúncia das “atrocidades comunistas” perpetradas contra as instituições católicas durante o conflito e como uma espécie de convocatória aos católicos e organizações estatais no combate a um inimigo “intrinsecamente mau”. Rodrigo Patto Sá Motta, ao analisar o impacto do documento nos meios católicos, nota que “o aspecto mais importante da encíclica não é tanto o conteúdo dos argumentos apresentados, mas a ênfase que dá à importância de se adotar uma postura menos preventiva e mais reativa em relação ao comunismo” (Motta, 2020, p. 46-48).



Avenida São João. Enquanto isso, Getúlio Vargas, deposto, retirava-se para São Borja.

A derrubada do regime ditatorial de Vargas liberalizou o sistema político e erodiu os privilégios que a Igreja Católica detinha sob o corporativismo. Ao mesmo tempo, os católicos vivenciaram o período com um misto de mal-estar e expectativa de mudança. A ACB, com o impulso do padre Hélder Câmara, procurou aumentar o envolvimento dos católicos leigos na sociedade, por meio de subdivisões baseadas em nível educacional e ocupacional. Os dois grupos mais destacados foram a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), da qual se originaria a Ação Popular (AP), importante organização que, posteriormente, participaria da ofensiva revolucionária contra a Ditadura Civil-Militar. Assim, a ACB passou de uma orientação cultural, moral e religiosa para o enfoque na militância política e social.

Em São Paulo, parte do episcopado se aproximou dos trabalhadores e dos estudantes, obtendo contato com as questões políticas em que esses grupos estavam envolvidos. Alguns setores da Igreja começaram a questionar o próprio conservadorismo político e acabaram trazendo à tona a preocupação com a justiça social. Essa ideia, todavia, não foi absorvida da mesma maneira por todo o clero. De acordo com Scott Mainwaring (1989, p. 56-57), nesse período, a Igreja se dividiu em três grupos: o primeiro enfatizava a estratégia da neocristandade, pleiteava a permanência dos privilégios eclesiásticos junto ao Estado e acreditava ser necessário reforçar a presença eclesiástica na sociedade. O segundo via com ressalvas o envolvimento da Igreja em questões sociais, mas defendia a importância da realização de algumas mudanças para que a instituição pudesse cumprir sua missão no mundo moderno. Por último, havia os que se manifestavam pelo trabalho em prol da mudança social que beneficiasse os pobres. Dom Motta estava



mais próximo do segundo grupo e, por essa razão, buscou diminuir a influência do primeiro com o fechamento do jornal *O Legionário*, de Plínio Corrêa de Oliveira, em 1947 (Zanotto, 2003, p. 43). Por outro lado, o cardeal se manteve fiel a concepção de família tradicional e resistente a qualquer debate sobre o divórcio, criando a Confederação das Famílias Cristãs, em 1948, para que leigos lutassem contra o que acreditava ser a “degradação moral das famílias”.

Nos anos 1950, Dom Motta se envolveu mais ativamente no processo de reestruturação organizacional da Igreja Católica, que inspirou a criação da CNBB, a primeira conferência de bispos da América Latina. Na esteira das atividades da ACB, a instituição ganhou os traços de seu primeiro secretário-geral, Dom Hélder, logo na sua fundação, em 1952. Afinal, apenas alguns meses antes da criação da CNBB, Dom Hélder havia se tornado bispo auxiliar do cardeal Dom Jaime Câmara, no Rio de Janeiro, e já colocava em prática o método ver-julgar-agir, inspirado na experiência do padre belga Joseph Cardijn com o operariado europeu (Serbin, 2008, p. 160). Ao assumir a Secretaria Geral da CNBB, Dom Hélder deixou, definitivamente, o seu passado integralista para trás (Condini, 2008) e assumiu o projeto de uma Igreja popular.

A importância de Dom Hélder para a fundação da CNBB é inegável. Tanto que há quem diga que o fundador da entidade foi o próprio Dom Hélder. Porém, é difícil considerar que ele conseguiria impor sozinho os seus interesses aos outros bispos sem a necessidade de algum consenso em torno de suas propostas. Nesse sentido, não se pode esquecer que o primeiro presidente da CNBB foi justamente Dom Motta e a sua escolha para o cargo não foi fortuita. O cardeal de São Paulo possuía bom trânsito entre os bispos das mais variadas tendências, era bem-quisto na Santa Sé e tinha contatos com vários políticos. Em entrevista a Fábio Lanza (2001, p. 155), Dom Benedicto



Ilhoa Vieira, que foi ordenado por Dom Motta, destaca que o cardeal “era um homem que tinha um senso de visão política, como ainda hoje não encontrei no clero, no Brasil”. Dom Benedito associa a impressão acurada “das coisas políticas” por Dom Motta a “sua descendência e a sua origem mineira”, que lhe davam a possibilidade de “visualizar uma perspectiva muito séria e objetiva dos acontecimentos políticos do Brasil” (Idem). Portanto, embora o secretário-geral se responsabilizasse por toda a área executiva da entidade – o que fez com que muitas vezes os ocupantes desses cargos tivessem mais projeção que o presidente (Alves, 1979, p. 67) –, isso não quer dizer que o dirigente da instituição exercesse um papel figurativo. Pelo contrário, nos anos 1950, a moderação de Dom Motta serviu muitas vezes para que as propostas mais progressistas, traçadas por Dom Hélder, se tornassem palatáveis para o restante do clero e dos atores políticos.

Vale lembrar que não havia entre a maioria dos bispos que integravam a CNBB mais que a intenção de modernizar a Igreja, como forma de ampliar e consolidar a esfera de influência do catolicismo. Aliás, esse era o maior desejo de Dom Motta naquele momento. Talvez, por isso, a CNBB tenha alcançado rapidamente um lugar central na Igreja Católica brasileira, vindo a ocupar o papel de porta-voz da hierarquia, já que “preenchia um papel não polêmico e satisfazia a uma necessidade organizacional geralmente reconhecida pelos bispos” (Alves, 1979, p. 65-66). O episcopado, certamente, tinha a necessidade de uma organização que respondesse com mais agilidade aos desafios daquele contexto. Os bispos precisavam, sobretudo, de um meio que possibilitasse sua aproximação com a população de maneira geral, principalmente as classes populares. A CNBB respondeu bem a essas demandas, a partir da atuação de Dom Hélder junto aos movimentos populares e dos diálogos estabelecidos por Dom Motta com políticos como Juscelino Kubitschek, na segunda metade dos anos 1950.



Além disso, não se deve subestimar o papel que o comunismo exerceu na guinada da Igreja em favor dos mais pobres. A rigor, o grande medo dos bispos era perder para os comunistas a sua já tradicional influência política, pois sua avaliação era de que os trabalhadores urbanos já tinham sido desencaminhados, e a questão era não extraviar, também, o operariado rural (Camargo, 2007, p. 15). Após o surgimento das Ligas Camponesas, em 1954, a saída encontrada pela CNBB foi promover uma maior integração econômica no Brasil, em especial nas áreas mais pobres do Nordeste, tendo como base a evangelização dos trabalhadores nordestinos, contando, para isso, com a ajuda da Igreja, através do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM).

Ao mesmo tempo, a defesa do nacionalismo econômico se tornou uma das principais bandeiras da CNBB, nos anos 1950, em consonância com o debate político mais amplo que se travava na sociedade e nos meios políticos e intelectuais brasileiros. Não sem razão, nos poucos textos biográficos produzidos sobre a trajetória de Dom Motta, o patriotismo é um dos elementos mais destacados. De fato, o cardeal não escondia o seu “diploma de brasilidade” e o “êxtase do seu sentimento nacionalista”, após ter visitado a Amazônia quatro vezes (Vidigal, 1970, p. 15). Em conferência intitulada “De São Paulo à Amazônia”, proferida em 1951, no Paço Municipal de Santos, Dom Motta emulou os discursos de Vargas, no sentido de promover a ocupação do Vale Amazônico e construir ferrovias que conjugassem o “nosso maior parque industrial, comercial e financeiro, que é o paulista, ao nosso maior parque de matérias-primas, que é o amazônico” (Idem).

Com seu velho amigo Juscelino Kubitschek no poder<sup>28</sup>, Dom Motta abraçou o nacionalismo econômico como caminho para o pro-

**28** Dom Motta conheceu JK no início dos anos 1920, em Diamantina (MG), quando o futuro presidente ainda era terceiranista de Medicina e atuava nos hospitais mineiros em meio ao surto de “gripe espanhola”. Desde então, os dois mantiveram uma forte relação de amizade.



gresso social e depositou, junto aos bispos da CNBB, a sua fé na utopia dos *anos dourados*. O entusiasmo do episcopado com o projeto desenvolvimentista de JK ficou bastante evidente na participação de Dom Motta na primeira missa celebrada em Brasília, em 1957. Depois de batizar a primeira criança nascida na capital, o menino Brasília Franklin – do qual Juscelino e Sarah Kubitschek foram padrinhos –, Dom Motta salientou a importância da construção de Brasília, que seria “o acontecimento máximo depois do Ipiranga” e “o trampolim mágico para a integração da Amazônia na vida nacional” (Kubitschek, 2000, p. 89). E, concluiu assim sua oração: “Na Bíblia se lê como Deus plantou, no meio do paraíso terreal, a miraculosa Árvore da Vida. Brasília é a árvore da vida nacional, providencialmente plantada no Planalto Central da nossa Pátria” (Idem). Assim, Dom Motta reconhecia Brasília como o símbolo máximo do “limiar de uma nova era” e se unia às expectativas positivas e ao clima de exacerbação das esperanças em torno dos destinos do Brasil, que marcaram o final dos anos 1950 e o início dos anos 1960 (Fico, 1997, p. 76-77).

Em troca dos votos de confiança e otimismo de Dom Motta e Dom Hélder – também presente na primeira missa celebrada em Brasília –, Juscelino Kubitschek, em encontros com representantes da CNBB, promoveu a pronta liberação de verbas para o Nordeste e, ao mesmo tempo, criou, em 1959, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), sob a presidência do economista Celso Furtado. Esse entendimento, estreito de interesses entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro, se mostrou favorável e oportuno para as partes. Afinal, o Estado garantia bênçãos políticas e a Igreja passava a contar com o financiamento público para efetuar suas atividades de assistência e propagação de sua doutrina, bloqueando, assim, a expansão das esquerdas (Camargo, 2007, p. 15). Porém, ao longo dos anos



1960, os interesses de parte do episcopado entrariam em rota de colisão com um outro pilar da sociedade brasileira: as Forças Armadas.

## GOLPE E MELANCOLIA

Nos anos 1960, o Vaticano II foi acolhido com entusiasmo por Dom Motta, que embora tenha tido uma tímida participação no concílio (Beozzo, 2005), colheu os seus frutos na arquidiocese de São Paulo – muito impactada pelo avanço da esquerda católica entre 1959 e 1964. O cardeal saudou o livro *Os cristãos e a revolução social*, de Paulo de Tarso, deputado pelo Partido Democrata Cristão (PDC) e ministro da Educação do governo João Goulart, e incentivou a publicação do jornal *Brasil, Urgente*, do frei Carlos Josaphat<sup>29</sup>. Ambas as publicações defendiam as reformas de base, criticavam o liberalismo econômico e conclamavam os cristãos a lutarem por justiça social.

Questionado por parte do clero conservador se o apoio às publicações de esquerda não seria uma forma de endossar o comunismo, Dom Motta respondeu: “Não devemos ter receios de ser qualificados de comunistas. Afinal, Jesus Cristo não foi chamado de endemoninhado? O discípulo não pode pretender ser maior que o mestre” (*Brasil, Urgente*, 1963, p. 1). Em meados de 1963, Dom Motta não se furtou a afirmar que o Brasil estava com “febre” – uma febre que prenunciava uma doença grave. Em audiência com os diretores do jornal *Brasil, Urgente*, o Cardeal comparou o país daquele momento com a França pré-revolucionária. Na sua opinião, o que levou o país à revolução não foi apenas a pregação dos filósofos revolucionários, “mas o estado de injustiça, miséria, desigualdade e privilégios da França de então” (*Brasil, Urgente*, 1963, p. 1). O Cardeal acreditava que as reformas de

<sup>29</sup> Sobre o jornal *Brasil, Urgente*, ver Silva (2008).

base eram os remédios necessários para que o Brasil não vivesse um processo revolucionário violento. Dom Motta também criticou o liberalismo e afirmou que os detratores da *Pacem in Terris* eram “pessoas mais católicas que o papa”.

Embora não destoasse muito da posição oficial da CNBB, a postura do cardeal de São Paulo soou como a de um autêntico bispo progressista e lhe rendeu críticas severas, por parte da imprensa mais conservadora. Em março de 1964, o jornal *O Estado de S. Paulo* chegou a publicar um editorial em que aconselhava os fiéis paulistas a não seguirem as determinações pastorais do cardeal Motta (*O Estado de S. Paulo*, 1964, p. 28). Posteriormente, as palavras do arcebispo foram lidas como um ato de resistência pela memória construída pela Igreja Católica nos anos 1970. De fato, a posição assumida por Dom Motta, entre 1963 e 1964, sinaliza uma mudança de atitude em relação ao avanço da esquerda católica na arquidiocese de São Paulo. Se nos anos 1940, o arcebispo fez questão de neutralizar qualquer iniciativa mais radical da Ação Católica paulista; em 1964, o cardeal demonstrou estar mais aberto aos debates que ocorriam entre os católicos a respeito da situação do país.

Tal mudança se explica, sem dúvida, pelo contexto de advento do Concílio Vaticano II e, principalmente, pela influência da publicação da encíclica *Pacem in Terris*, do papa João XXIII, que tratava da necessidade e da possibilidade do diálogo da Igreja com os não cristãos. Dom Motta admirava João XXIII e passou a seguir suas orientações, segundo as quais “a pessoa não deve ser confundida com o erro e nunca perde a sua dignidade de pessoa humana” (Silva, 2018, p. 24). Assim, o cardeal encontrou uma forma de apostar no diálogo com figuras mais à esquerda, de dentro e de fora da Igreja, sem concordar integralmente com elas. No entanto, não se deve esquecer que, a despeito das decla-



rações favoráveis à atuação de parte da esquerda católica em São Paulo, Dom Motta nunca abandonou a sua verve anticomunista.

Apesar de seu anticomunismo inabalável, Dom Motta assumiu uma postura legalista diante das ameaças de golpe que passaram a rondar a República nos primeiros meses de 1964. Era próximo de João Goulart, desde os tempos em que o presidente havia sido vice de JK, e não desejava um rompimento institucional como determinados setores da Igreja sustentavam. Vale lembrar que, naquele momento, boa parte do episcopado passava a temer a desordem social e a adotar posições claramente conservadoras, abandonando o apoio às políticas reformistas de Jango (Krischke, 2012). Porém, o cardeal de São Paulo não aprovou as iniciativas de entidades leigas, que organizaram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade e se recusou a abençoar os milhares de fiéis que, em 19 de março de 1964, tomaram as ruas do centro de São Paulo para defender o rosário, os valores da família e pedir a saída de João Goulart (Presot, 2004).

Quando Jango fez um discurso inflamado na Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, no Automóvel Clube, no qual “denunciou que uma minoria de privilegiados e eternos inimigos da democracia provocava a crise que o país vivia” (Ferreira, 2019, p. 435), Dom Motta e Dom Hélder pediram uma audiência com o presidente. No encontro, revelado pelo jornalista Marcos de Castro (1984, p. 57), os bispos se mostraram apreensivos com as repercussões do discurso de Jango. Temiam que o presidente estivesse “em plena ilusão, marchando para uma revolução da qual pensava que sairia vitorioso”. Àquela altura, as tropas de Mourão Filho já estavam em marcha para o Rio de Janeiro, mas a audiência serviu ao menos como um alerta sobre o precário dispositivo militar, com o qual Jango ainda acreditava contar.

Logo após o Golpe, o semanário *O São Paulo*, ligado à arquidiocese de São Paulo, trazia um pronunciamento protocolar de Dom Motta a respeito dos “acontecimentos que não podem deixar de angustiar a alma de todo brasileiro”. Em nome da arquidiocese, o cardeal conclamava os fiéis a pedirem a intercessão de Nossa Senhora Aparecida para que se firmasse “na Pátria conturbada um clima de verdade, justiça, caridade e liberdade, evitando toda e qualquer violência que venha derramar sangue dos irmãos” (*O São Paulo*, 1964a, p. 1). Na edição de 12 de abril de 1964, o jornal já anunciava a nova ordem: “os chefes do movimento revolucionário que teve como escudo o combate ao comunismo estão efetuando várias prisões de brasileiros e estrangeiros acusados de se acharem a serviço dessa ideologia materialista e anticristã” (*O São Paulo*, 1964b, p. 1). Nenhuma palavra de Dom Motta a respeito das prisões. De acordo com Dom Benedicto Ulhoa Vieira, o cardeal teve uma posição muito cautelosa a respeito da *revolução* e, diante das ameaças de golpe, costumava dizer: “Deus nos livre das revoluções; sabemos como elas começam, mas nunca sabemos como elas acabam” (Lanza, 2001, p. 158). Mas, essa frase nunca chegou a ser pronunciada em público. Se Dom Motta tinha suas reservas em relação à derrubada do poder constitucional, preferiu silenciar sobre elas e esperar-para-ver, como aliás fizeram a maioria dos bispos, inclusive Dom Hélder Câmara (Serbin, 2001, p. 104).

Um mês após a queda de João Goulart, a arquidiocese de São Paulo informou que Dom Motta seria transferido para a diocese de Aparecida. A notícia provocou uma série de especulações, na imprensa, sobre pressões políticas que o cardeal teria sofrido após o Golpe. Por meio de nota, a Nunciatura Apostólica negou qualquer motivação política e afirmou que, uma semana antes da *revolução*, Dom Motta havia solicitado ao papa Paulo VI para que o exonerasse do governo da arquidiocese de São Paulo e o transferisse para Aparecida, em vista de



sua idade avançada (74 anos) e de seu estado de saúde. De fato, a ida de Dom Motta para Aparecida era quase natural, pois possuía laços históricos com a Basílica da padroeira e já atuava como Administrador Apostólico do Santuário, desde 1958, com plenos poderes de bispo residencial de Aparecida.

A rigor, Dom Motta sempre manifestou especial interesse em promover o culto à Nossa Senhora de Aparecida. Como arcebispo de São Paulo, em janeiro de 1946, escolheu pessoalmente o local para a construção da nova Basílica. Participou do lançamento da pedra fundamental dos alicerces do novo templo em setembro do mesmo ano, ocasião em que o Patriarca de Lisboa, Dom Manuel Gonçalves Cerejeira, trouxe um punhado de terra do Santuário de Fátima para depositar no cofre da pedra angular. Sob a orientação pessoal do cardeal Motta, em 1955, teve início a construção da nova Basílica, com o apoio de JK, que fez questão de doar a torre do Santuário – uma construção de 16 andares e 109 metros de altura.

Porém, a nota da Nunciatura não foi suficiente para cessar os rumores. A imprensa continuava especulando as causas da transferência repentina, mas Dom Motta não foi a público para dar maiores explicações. Em silêncio, deixou a arquidiocese da maior cidade do país, a qual havia governado por vinte anos, e rumou para Aparecida. A despedida melancólica foi lida pelo clero paulista como uma aposentadoria. Afinal, como afirmou um dos padres que acompanhava o cardeal, Aparecida parecia “quase nada” diante da grandeza de São Paulo (Jornal do Brasil, 1964, p. 12). Nas palavras de José Oscar Beozzo (2005, p. 245), Aparecida era uma arquidiocese “insignificante”. No entanto, a grandeza da devoção à padroeira do Brasil e as obras do Santuário, como o “maior templo mariano do mundo”, fariam com que os anos de Dom Motta em Aparecida passassem longe da irrelevância.

## OSTRACISMO E CONSENTIMENTO

Quando o cardeal Motta tomou posse na arquidiocese de Aparecida, encontrou os redentoristas – responsáveis pela administração da Basílica – em clima de festa pela vitória da *revolução*. Antes mesmo do Golpe, os padres redentoristas de Aparecida já “alertavam os romeiros contra o comunismo a que o governo de João Goulart estava levando” e rezavam “para que toda a baderna chegasse ao fim” (Alvarez, 2017, p. 210). Após o célebre comício da Central, ocorrido no dia 13 de março de 1964, um dos padres que escrevia nas *Ânuas de Aparecida* – espécie de diário dos principais acontecimentos do Santuário e do Brasil –, elaboradas pelos redentoristas, sintetizou o comício ao qual se “ajuntou a fina flor da canalha esquerdista do Brasil”: “demagogia, ataques à Constituição, ameaças!” (Idem). Dois dias antes do Golpe, os padres de Aparecida receberam o então presidente da Câmara dos Deputados, Paschoal Ranieri Mazzilli, que foi saudado com o apoio do vigário do Santuário, padre Pedro Fré, que celebrava a missa solene no dia 29 de março de 1964, domingo de Páscoa. Mazzilli pediu aos fiéis que rogassem à Aparecida que protegesse o Brasil e, no dia seguinte, os padres profetizaram nos seus diários: “a revolução vem aí!” (Idem).

Portanto, houve apoio explícito do Santuário Nacional ao Golpe de 1964 (Mathias, 2023). De todo modo, ao assumir a arquidiocese de Aparecida, Dom Motta resolveu guardar silêncio sobre o assunto. O cardeal não gostou da repercussão de sua transferência para Aparecida. Acreditava que a imprensa queria criar um clima de animosidade entre ele e os militares, com os quais nunca havia tido problemas. Por isso, fez um juramento: não receber jornalistas nem fotógrafos. Depois de tomar posse em Aparecida, Dom Motta mal saía de sua casa, um pequeno sobrado na rua principal da cidade, onde vivia com seu sobrinho, o monsenhor José Alves Motta Filho. Na porta do Palácio



Paulino, nome oficial de sua residência, um aviso escrito à mão: “Sua Eminência o Cardeal Arcebispo não pode ser intermediário de pedidos de favor ou emprego junto ao governo. Favor não insistir”. Os que ignoravam o aviso, e se aventuravam a apertar a campainha, eram atendidos por um porteiro que já sabia a resposta de cor: “o cardeal não concede entrevistas” (Revista Realidade, 1970, p. 138).

Para esclarecer aos militares que estava disposto a não oferecer resistência ao novo regime, Dom Motta endossou um convite dos padres redentoristas ao presidente Castello Branco, para participar de uma missa em ação de graças pela “vitória da democracia” e da Marcha da Família com Deus pela Liberdade em Aparecida (Alvarez, 2017, p. 213). Em 1965, quando o Santuário de Aparecida já se preparava para celebrar os 250 anos do encontro da imagem da santa no Rio Paraíba do Sul, o Conselho Administrativo do Santuário, presidido por Dom Motta, recebeu um pedido do presidente Castello Branco, para que a imagem de Aparecida saísse da Basílica em procissão por todo o Brasil:

O Povo Mineiro, interpretando o desejo do Povo Brasileiro, vem, pela comissão abaixo relacionada, respeitosamente pedir a Vossa Eminência Reverendíssima e ao D. D. Conselho Administrativo da Basílica de Nossa Senhora Aparecida que se dignem conceder licença para que a imagem de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, seja levada em triunfante peregrinação às Capitais de todos os Estados do Brasil, sendo em Brasília aclamada Generalíssima das Gloriosas Forças Armadas Brasileiras (Alvarez, 2017, p. 235)

Dom Motta reunido com o arcebispo coadjutor de Aparecida, Dom Antônio Macedo, e o arcebispo de Belo Horizonte, Dom João da Costa Resende – apoiador de primeira hora do Golpe e um dos signatários do pedido de Castello Branco – considerou a proposta de saída



da imagem de Aparecida do Santuário uma boa ideia, apesar dos protestos de comerciantes e devotos que dependiam da presença da santa na cidade. Curiosamente, o cardeal que, em 1964, havia se recusado a abençoar as marchas da família que reivindicaram a intervenção militar; em 1965, concedeu licença para que a imagem de Nossa Senhora Aparecida fosse levada, em “triumfante peregrinação”, às capitais de todos os estados do Brasil a pedido dos militares.

Dom Motta e o clero do Santuário acreditavam que a visita da imagem de Aparecida às cidades do Brasil poderia unir ainda mais o povo católico brasileiro, tornar a padroeira mais conhecida, angariar fundos para a construção da nova Basílica e, conseqüentemente, fazer com que o comunismo perdesse bastante terreno (Mathias, 2023, p. 72). Ao todo, sete peregrinações como essa foram feitas, entre 1965 e 1966, antes dos festejos do Jubileu de 1967. Levada pelo arcebispo coadjutor de Aparecida, Dom Antônio Ferreira de Macedo, sempre com o apoio financeiro do Tesouro Nacional, a imagem de Aparecida percorreu todo o Brasil, passando por Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Mato Grosso, Pará, Alagoas, Sergipe, Pernambuco e Paraíba.

Em 1967, quando o Ano Jubilar foi proclamado, a Igreja Católica e o próprio Santuário de Aparecida passavam por um momento de revisão e crise, com os ventos de mudança e renovação que vinham do Conselho Vaticano II (Brustoloni, 1998, p. 362). A Ditadura no Brasil ia mal. O governo Castello Branco havia decepcionado determinados segmentos que apoiaram o Golpe de 1964 e terminava, em 1967, em meio ao descrédito e a insatisfações. A crise econômica não havia sido debelada, a intervenção *salvadora* não tinha alcançado seus objetivos principais e, no início de 1967, todos já voltavam suas atenções para o novo ditador.

Em março de 1967, Costa e Silva assumiu a presidência prometendo diálogo, respeito aos valores democráticos, ordem jurídica estável e reformas (Aarão Reis, 2014, p. 66). No seu discurso de posse, o novo presidente afirmou ter o homem como meta de seu governo e tentou ecoar as premissas da encíclica *Populorum Progressio* do papa Paulo VI. Vale lembrar que, antes mesmo de sua posse, Costa e Silva chegou a se encontrar com o pontífice no Vaticano. Além do voto de confiança e estima de Paulo VI, o marechal também recebeu a notícia de que o papa enviaria uma Rosa de Ouro<sup>30</sup> ao Santuário de Aparecida, em comemoração pelos 250 anos da padroeira do Brasil. Embora o governo esperasse que o próprio Paulo VI viesse ao Brasil para a festa, a entrega da Rosa de Ouro ficou a cargo do secretário de Estado do Vaticano, cardeal Amleto Cicognani, que desembarcou no Brasil, em agosto de 1967, para celebrar o Jubileu no Santuário.

Fiéis do Brasil inteiro viajaram até Aparecida para participar da cerimônia que contou com a presença de mais de trinta mil devotos. Costa e Silva e vários ministros militares também compareceram à celebração e foram ovacionados pelos romeiros e pelo clero de Aparecida (Correio da Manhã, 1967, p. 1). Na cerimônia, o cardeal Cicognani, em nome de Paulo VI, expressou sua esperança no governo Costa e Silva e previu um futuro magnífico para o Brasil. Em suas palavras, a Rosa de Ouro entregue ao Santuário representava o fortalecimento da “liberdade” e da “religião”, as “duas colunas da nação brasileira” e “fontes de energia a que o Brasil devia o seu progresso, a sua prosperidade e o seu bem-estar” (Jornal do Maranhão, 1967, p. 1).

**30** A Rosa de Ouro tem um significado religioso muito importante para a Igreja Católica por refletir a majestade de Cristo a quem os profetas do Antigo Testamento se referiam como “a flor do campo e o lírio dos vales”. Segundo o Papa Leão XIII, quando incensada, a Rosa exala o odor doce de Cristo que deve ser difundido extensamente por seus seguidores fiéis e os espinhos e o matiz vermelho relembram a sua paixão (Brustoloni, 1998, p. 364-365).



Dom Motta, por sua vez, fez um paralelo entre a Rosa de Ouro, de 1967, com a primeira Rosa recebida pela princesa Isabel, em 1888. Para o cardeal, assim como a Rosa de Ouro representou “o galardão da libertação dos escravos no final do século XIX”, o presente de Paulo VI, em 1967, brilhava como um “pendão de esperança para o Brasil que tinha tantos desafios pela frente e um líder para enfrentá-los”, tendo o homem como meta de seu governo (O Estado de S. Paulo, 1967, p. 13). Assim, Dom Motta e os milhares de fiéis que participaram da comemoração dos 250 anos de Aparecida também expressaram sua fé em um Brasil grande, próspero e livre que, naquele momento, tinha a Ditadura como seu principal artífice e estava sintetizada na figura do marechal Costa e Silva (Mathias, 2023, p. 136).

A relação do Santuário de Aparecida e de Dom Motta com a Ditadura, não se encerrou com a celebração do Jubileu e com o governo Costa e Silva. Nos anos 1970, os laços que uniram o Santuário e o regime, desde o Golpe Civil-Militar de 1964, foram abençoados pelos anos do “milagre”. A cidade de Aparecida se tornou um grande canteiro de obras. A construção da imensa Basílica que hoje abriga a imagem da padroeira coincidiu com os esforços da Ditadura na construção do “Brasil Grande”. O sonho do Brasil do futuro, inaugurado oficialmente pelo governo Médici, empolgou os padres redentoristas: “por que não fazer a maior igreja do mundo aqui?”, perguntou o ministro dos Transportes, Mário Andreazza (*Manchete*, 1969, p. 122). Ainda em 1969, o ministro afirmava que era dever do governo colaborar para que o povo brasileiro tivesse mais conforto e segurança na cidade, que já havia se tornado “o maior centro do catolicismo no Brasil” (Idem). A rodovia Presidente Dutra ganhou mais uma via, para facilitar a chegada de mais romeiros ao Santuário e a construção da nova Basílica foi acelerada, sob o comando do padre Noé Sotillo, que afirmou ter sido muito criticado, na época, pela esquerda clerical, por ter feito acordos



com a Ditadura, embora só estivesse pensando no benefício dosromeiros (Oliveira, 2001, p. 133).

As iniciativas do ministro Andreazza foram saudadas com grande entusiasmo por Dom Motta. Ele dizia acreditar que o governo estava realizando a “verdadeira integração nacional” com suas obras. As iniciativas dos militares lembraram os *anos dourados* de seu amigo JK na presidência. Desde os anos 1950, o cardeal acreditava que “o governo que não fizesse quase nada e abrisse estradas teria feito quase tudo, mas o governo que fizesse tudo e não abrisse estradas, não teria feito quase nada” (Manchete, 1969, p. 122). Nesse sentido, o Santuário de Aparecida consolidou-se como uma das maiores tendas do “milagre” brasileiro. A Ditadura investiu recursos federais na construção da chamada Passarela da Fé, que liga a antiga Basílica à nova e as obras em Aparecida ganharam *status* de interesse público. A desapropriação de terras particulares, para a construção da passarela, foi possível por meio de decretos do governo federal e do consenso construído entre a Ditadura e o Clero de Aparecida (Mathias, 2023).

Porém, isso não quer dizer que o Santuário tenha escapado do recrudescimento do regime, após o Ato Institucional nº 5. Em 1969, o padre Paulo Vítor Coelho de Almeida leu a Declaração Universal dos Direitos Humanos em um programa da Rádio Aparecida, como um protesto contra o AI-5. Em resposta à afronta do padre, os militares suspenderam a transmissão da rádio por 24 horas (Brustoloni, 2008, p. 102). Em setembro de 1970, após a detenção do bispo Aloisio Lorscheider na sede do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Ibrades), no Rio de Janeiro, Dom Motta se uniu aos outros quatro cardeais brasileiros (Dom Agnelo Rossi, Dom Vicente Scherer, Dom Jaime Câmara e Dom Eugenio Sales) para se dirigir ao presidente Médici reclamando do ocorrido, através de uma carta particular (Serbin, 2001, p. 193).

No entanto, em Aparecida, podemos dizer que Dom Motta e o Santuário Nacional viveram o período da Ditadura “muito mais sob o clima *leve* dos *anos de ouro* que sob a atmosfera *pesada* dos *anos de chumbo*” (Cordeiro, 2015, p. 344). Tanto que, em 1972, Aparecida abençoou as festas do Sesquicentenário da Independência do Brasil. A “grande euforia desenvolvimentista, as expectativas de ascensão social e o entusiasmado sentimento de construção do futuro, do Brasil potência” (Cordeiro, 2015, p. 24), também empolgou milhares de devotos e militares que participaram dos festejos patrióticos do Sesquicentenário sob as bênçãos da padroeira. É bem verdade que as comemorações da independência, em 1972, expuseram os conflitos entre o episcopado e os militares em torno do patriotismo (Serbin, 2001), mas a animosidade não se estendeu à Aparecida que foi amplamente mobilizada como um símbolo nacional por romeiros, clérigos e militares. Nas palavras do próprio Dom Motta ao general Antônio Jorge Corrêa, presidente da Comissão Executiva Central (CEC), que coordenou as comemorações do Sesquicentenário, estava “tudo bem”, nas relações entre a Igreja e o Estado (O Estado de S. Paulo, 1972, p. 50). Portanto, no remanso de Aparecida, Dom Motta não manteve distância do poder e continuou usando sua influência para louvar a integração nacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1978, Dom Motta resolveu romper seu silêncio obsequioso que remontava a 1964. Tinha um bom motivo para receber o jornalista Borges Neto, do *Jornal do Brasil*, em sua casa: a aprovação da Lei do Divórcio no Brasil. O cardeal havia acabado de enviar um manifesto aos senadores e deputados, qualificando a emenda constitucional como uma “vergonha para o Brasil”. Ainda inflamado, disse ao jornalista que “o divórcio foi decretado contra o direito da Igreja” (Jornal do

Brasil, 1978, p. 14). Neste ponto, o cardeal não se diferenciava muito dos outros bispos – Dom Arns entre eles –, que se mostravam “muito decepcionados com os rumos que o Estado ia tomando, o que parecia ser mais uma das faces ateias da ditadura” (Gomes, 2014, p. 69).

Porém, ao longo da entrevista, Dom Motta também fazia um balanço dos seus 60 anos de sacerdócio e marcava sua posição contrária à participação do clero na política. Em um momento em que cada vez mais, bispos, padres e freiras se mobilizavam em linhas de defesa da democracia e dos direitos humanos, Dom Motta fazia questão de enfatizar que a “função do padre é, antes de mais nada, espiritual, religiosa” (Jornal do Brasil, 1978, p. 14). O cardeal defendia que, em vez de tratar diretamente dos casos de violação dos direitos humanos e dos presos políticos, o clero deveria intervir em nível pessoal (“falar com o governo, com os amigos”), evitando atitudes públicas. Como exemplo, ele próprio teria falado com o “amigo” Adhemar de Barros, sobre “um advogado muito conhecido, amigo dos operários, católico de comunhão diária e que tinha sido preso” no imediato pós-Golpe em São Paulo (Idem). Depois de telefonar para Adhemar, o advogado foi solto imediatamente – e o cardeal, certamente, acredita ter recebido seu quinhão no Céu pelo ato de caridade.

Entre as saudades que sentia de JK – “o homem mais simples do mundo” e tinha “prazer em estar confundido com o povo” (Jornal do Brasil, 1978, p. 14) – e os elogios à construção de Brasília, Dom Motta também brigava com o passado. Ao ser questionado sobre João Goulart, afirmou ser ele “um homem pessoalmente bom”, mas sem “o preparo necessário para a política”. Negou também que tenha visitado Jango, junto a Dom Hélder, no Palácio das Laranjeiras, pouco antes do Golpe de 1964: “é mentira, é mentira!”. Em 1978, não queria reanimar velhos fantasmas (“nunca mais vi Jango”), mesmo falando, continuava a adotar o silêncio como forma de presença no mundo.



A rigor, a distância da política que pregava nos anos 1970, na verdade, nunca fez parte da sua própria trajetória. Desde cedo, Dom Motta procurou estar perto do poder. Chegou a ser vereador de sua cidade antes de se tornar padre e utilizou a influência da sua família tradicional para se aproximar de políticos e autoridades, dispostas a contar com o apoio da Igreja (Mathias, 2023). Como bispo, sempre se valeu da sua proximidade com o Estado para fazer vigorar os interesses eclesiais, sobretudo, durante suas passagens pela arquidiocese de São Luís e de São Paulo. Nesse sentido, sua preocupação nunca se resumiu aos assuntos políticos do país. Em nenhum momento, Dom Motta abdicou de pensar as questões religiosas, esforçando-se, ao contrário, para “derivar suas posições sociais de princípios evangélicos” (Morais, 1982, p. 31). O cardeal se percebia como parte de uma unidade com os seus confrades, onde as divisões rígidas entre progressistas e conservadores não se sustentam.

Além disso, notamos que a trajetória de Dom Motta pode ser representativa de padrões de itinerários de frações importantes do alto clero, que experimentaram os desafios da Igreja na Primeira República, o apogeu do modelo de neocristandade na Era Vargas e o estabelecimento de novas relações com o Estado, nos anos 1950. Formado com o objetivo de “recristianizar a sociedade”, Dom Motta e outros bispos da sua geração, nunca abandonaram a ambição de manter sua influência sobre a sociedade e os assuntos temporais. Quando eles se abriram às mudanças na Igreja a partir dos anos 1950, estabeleceram limites para a modernização institucional. Ao defender o nacionalismo econômico em voga, representavam, no limite, a estratégia reformista da “terceira via”, que rejeitava o extremismo de esquerda, mas também criticava o capitalismo (Bernal, 1989).

Nesse sentido, parece bastante simplista resumir a história de Dom Motta à sua posição em 1964, quando ele se recusou a abençoar



as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e não assinou a nota da CNBB em apoio ao Golpe. Afinal, suas decisões naquele momento também foram atravessadas por laços pessoais – sua proximidade com Jango – e institucionais – era mais próximo de Dom Hélder, que não apoiava iniciativas golpistas. No entanto, no discurso produzido pela memória da Igreja e endossada por alguns pesquisadores, para saudar a postura de Dom Motta, em 1964, é preciso diminuir a importância de seu anticomunismo histórico, por exemplo. Parece mais fácil colar o selo “progressista” no cardeal do que entender que a Igreja Católica não produzia um único discurso sobre o comunismo no Brasil dos anos 1960 (Löwy, 2007).

Mais que isso, para celebrar a posição de Dom Motta em 1964, a memória oficial da Igreja silencia sobre sua passagem por Aparecida. Lá, como podemos ver, o cardeal não manteve distância dos militares. Pelo contrário, enquanto administrou o Santuário Nacional, buscou fazer alianças com o regime, a fim de angariar investimentos públicos para a construção da nova Basílica e garantir o bem-estar dos romeiros na cidade de Aparecida. Dom Motta também louvou a “integração nacional”, levada a cabo pelos militares e recebeu Costa e Silva no Santuário com toda a pompa e circunstância em 1967. Diante disso, em que termos podemos falar em progressismo?

Assim, a melhor reflexão de conjunto para entendermos as ambivalências na trajetória de Dom Motta encontra-se nos trabalhos de Pierre Laborie, ao considerar que a ideia de resistência francesa esteve por anos marcada por mitologias e heroísmos, entusiasmos cômicos e teorizações estéreis (Laborie, 1997). Inspirado em Primo Levi (1990), conhecido escritor italiano que sobreviveu a Auschwitz, Laborie sugeriu que a maioria dos franceses vivenciou os anos da ocupação e de Vichy de maneira ambivalente, entre apoio e rejeição, conforme as circunstâncias. É o que o autor definiu como um modo de *pensar-*

-duplo, capaz de abrigar escolhas opostas. A maioria dos franceses vivia nesta *zona cinzenta*, território onde as convicções eram frágeis, ambíguas e incertas. Conforme Laborie (2010, p. 39), os franceses, em sua maioria, “não foram primeiramente vichistas depois resistentes, péta-inistas, depois gaullistas, mas puderam ser, simultaneamente, durante um tempo mais ou menos longo, e de acordo com os casos, um pouco dos dois ao mesmo tempo”.

Guardadas as devidas proporções, a interpretação de Laborie para o caso francês é interessante para pensarmos as relações de Dom Motta – e por que não de boa parte do episcopado brasileiro – com a política ao longo do século XX. Nos anos 1930, o cardeal esteve engajado na manutenção da influência da Igreja sobre a sociedade, sendo abertamente anticomunista e antiodivorcista. Ainda não era, longe disso, o arcebispo que adotaria uma posição permissiva, com os avanços dos princípios do Vaticano II na arquidiocese de São Paulo e à frente da CNBB. Em 1964, Dom Motta esteve menos comprometido com uma postura dita progressista do que indeciso, entre a acomodação e a colaboração, com o novo regime. Na *zona cinzenta*, portanto. O que disse-ram sobre sua posição diante do Golpe tem mais a ver com a trajetória da Igreja ao longo da década de 1970 do que com as ações do cardeal durante a maior parte de sua vida; tem mais a ver com a memória do que com a história.

Afinal, parafraseando Joseph Comblin (1983) ao falar sobre a trajetória de Dom Hélder, escrever a biografia de Dom Motta é também fazer a história da Igreja no Brasil desde a Primeira República, a história da Igreja Latino-Americana, desde 1955, e a história da Igreja Católica, desde o Vaticano II. Nesse sentido, analisar a atuação político-religiosa do cardeal nos permite perceber com clareza que, apesar da história da Igreja brasileira e a história do país, no período ditatorial, estarem interligadas em certos aspectos, ambas possuem lógicas



distintas e autônomas. Isso significa afirmar, por exemplo, que os posicionamentos críticos das autoridades católicas ditas “progressistas” à violência exacerbada do regime militar, bem como ao aumento da desigualdade social naquele contexto, não foram mera reação aos rumos políticos que os novos governantes impunham ao país. Como se buscou demonstrar neste texto, a aproximação da Igreja Católica com relação à sociedade e seus problemas, em uma dinâmica mais ampla de modernização eclesiástica, fazia parte de um processo predominantemente institucional e que antecedeu o Golpe de 1964.

Dom Motta faleceu em setembro de 1982, exatamente quando a sociedade começava a viver um momento importante da longa transição democrática e o episcopado se estabelecia como um dos maiores baluartes da luta pelos direitos humanos. Em seu enterro, compareceram cerca de seis mil pessoas. O “cardeal mais velho do mundo” morreu aos 92 anos, ovacionado por fiéis e autoridades que celebraram sua vida pública em “elevado conceito”. Coube a Franco Montoro lembrar a antiga máxima de Dom Motta que acompanha a atuação da Igreja até os dias de hoje: “abaixo da religião vem a política” (O Estado de S. Paulo, 1982, p. 14).

## REFERÊNCIAS

- AARÃO REIS, Daniel. **Ditadura e democracia no Brasil:** do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- ALENCAR JR., Moacir Pereira. **Plínio Corrêa de Oliveira:** pensamento católico e ação política na Era Vargas (1930-1945). 2014. Dissertação. (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2014.
- ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1979.
- BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II:** 1959-1965. São Paulo: Paulinas, 2005.
- BERNAL, Sérgio. **CNBB:** da Igreja da cristandade à Igreja dos pobres. São Paulo: Loyola, 1989.
- BRASIL, URGENTE. São Paulo. abr. 1963, p. 1.
- BRUSTOLONI, Júlio. **História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida:** a imagem, o santuário e as romarias. Aparecida: Editora Santuário, 1998.
- CALDEIRA, Rodrigo Coppe. **Os baluartes da tradição:** o conservadorismo católico brasileiro no Concílio Vaticano II. Curitiba: CRV, 2011.
- CAMARGO, Wander Amaral. **A Igreja Católica e a CUT.** *Varia Scientia*, v. 5, n. 9, p. 11-33, 2007.
- CASTRO, Marcos de. **64:** conflito Igreja x Estado. Petrópolis: Vozes, 1984.
- COMBLIN, Joseph, PINHEIRO, José, PUTRICK, Maria Bernarda. **Dom Helder:** pastor e profeta. São Paulo: Paulinas, 1983.
- CONDINI, Martinho. **Dom Hélder Câmara:** um modelo de esperança. São Paulo: Paulus, 2008.

CORDEIRO, Janaína Martins. **A ditadura em tempos de milagre**: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 16 ago. 1967, p. 1.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964). 8ª ed. Coleção Brasil Republicano, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 403-468.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1997.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira**: a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2014.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 26 abr. 1964, p. 12.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 29 jul. 1978, p. 14.

JORNAL DO MARANHÃO. São Luís, 20 ago. 1967, p. 1.

KRISCHKE, Paulo. **A CNBB e o golpe militar de 1964**. São Paulo: Letras Contemporâneas, 2012.

KUBITSCHKE, Juscelino. **Porque construí Brasília**. Coleção Brasil 500 anos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

LABORIE, Pierre. L'idée de Résistance, entre définition et sens: retour sur un questionnement. *Les Cahiers de l'Institut d'Histoire du Temps Présent*, n. 37, p. 15-27, 1997.

LANZA, Fábio. **O Regime Militar no discurso-memória da Igreja Católica na região metropolitana de São Paulo (1964-1985)**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca, SP, 2001.



LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo de libertação. In: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. **Revolução e Democracia (1964...)**. Coleção As Esquerdas no Brasil, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 303-320.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MANCHETE. Rio de Janeiro, 2 ago. 1969, p. 122.

MATHIAS, Mathews Nunes. **Nossa Senhora da ditadura**: o Santuário Nacional de Aparecida e o regime militar (1963-1972). 2023. Orientador: Janaina Martins Cordeiro, 2023. 150f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2023.

MÉRIDA, Vinícius Couzzi. **O Concílio Vaticano II, Dom Antônio de Castro Mayer e a Diocese de Campos**: Resistência e Cisma. Orientador: José Adriano Filho. 2016. 143f. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Faculdade Unida, Vitória, ES, 2016.

MORAIS, João Francisco de. **Os bispos e a política no Brasil**: pensamento social da CNBB. São Paulo: Cortez, 1982.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, 16 ago. 1967, p. 13.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, 21 set. 1982, p. 14.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, 22 mar. 1964, p. 28.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, 27 mar. 1946, p. 6.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo, 3 set. 1972, p. 50.

O LEGIONÁRIO. São Paulo, 19 nov. 1944, p. 1.

O LEGIONÁRIO. São Paulo, 22 jul. 1945, p. 1.

O SÃO PAULO. São Paulo, 12 abr. 1964b, p. 1.

O SÃO PAULO. São Paulo, 5 abr. 1964a, p. 1.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de. **Basílica de Aparecida**: Um templo para a cidade mãe. São Paulo: Olho d'água, 2001.

PRESOT, Aline. **As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 64**. Orientador: Carlos Fico. 2004. 165f. Dissertação (Mestrado em História Social) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2004.

REVISTA REALIDADE. São Paulo, jan. 1970, p. 138.

RODEGHERO, Carla Simone. O anticomunismo nas encruzilhadas do autoritarismo e da democracia: a conjuntura 1945-1947. **Métis**, v. 5, n. 10, p. 179-202, 2006.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na Sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. Companhia das Letras: São Paulo, 2001.

SERBIN, Kenneth P. **Padres, celibato e conflito social**: uma história da Igreja Católica no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Wellington Teodoro da. *Brasil, Urgente*: experiência de esquerda no catolicismo brasileiro (1963 – 1964). Orientador: Marcelo Ayres Camurça, 2008. 344f. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2008.

SILVA, Wellington Teodoro da. O catolicismo e o golpe civil-militar de 1964. **Interações**, v. 9, n. 15, 2014, p. 62-80.

SILVA, Wellington Teodoro da. **Catolicismo e golpe de 1964**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2018.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. Impasses e controvérsias na construção da memória histórica da Igreja Católica no Brasil. *Passagens*, v. 3, n. 2, p. 203-216, 2011.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. **A gênese das CEB's no Brasil**: elementos explicativos. São Paulo: Paulinas, 1988.



VIDIGAL, Pedro Maciel. **O Cardeal de Vasconcellos Motta**. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

ZANOTTO, Gizele. *É o caos!!!* A luta anti agro-reformista de Plínio Corrêa de Oliveira. Orientador: Artur César Isaia 2003. 159f. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2003.